



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

**REMANEJAMENTO, REASSENTAMENTO E ADAPTAÇÃO DOS MORADORES AO
CONJUNTO HABITACIONAL JADER BARBALHO-ANANINDEUA (PA).**

Danielen Rodrigues Costa¹
Lília Iêda Chaves Cavalcante²
Tatiana Afonso³

Resumo

Com o objetivo de verificar a avaliação e adaptação dos moradores quanto ao remanejamento e reassentamento habitacional, o presente estudo realizou uma pesquisa com 34 famílias do Conjunto Habitacional Jader Barbalho, situado no Município de Ananindeua-PA. A maior parte dos moradores se mostrou satisfeita com as casas atuais em relação às anteriores, no entanto os equipamentos e serviços públicos contaram com avaliações negativas e numerosas sugestões de melhorias. O que reforça a importância do debate sobre a integração da política urbana às demais políticas sociais, visando o alcance e cobertura dos direitos essenciais dessa população.

Palavras-chave: Habitação. Remanejamento. Reassentamento. Adaptação habitacional. Satisfação.

**RELOCATION, RESETTLEMENT AND ADAPTATION OF THE RESIDENTS OF THE
HOUSING SET JADER BARBALHO-ANANINDEUA-PA.**

Abstract

With the aim to check the evaluation and adaptation of the residents about the relocation and resettlement housing, this study conducted a survey of 34 families of the Housing Set Jader Barbalho, located in the municipality of Ananindeua-PA. Most residents showed satisfied with the current homes compared to previous, however the equipment and utilities counted with negative evaluations and numerous suggestions for improvements. This reinforces the importance of the debate on the integration of urban policy to other social policies, aiming to reach and coverage of essential rights of this population.

Keywords: Housing. Relocation. Resettlement. Housing adaptation. Satisfaction.

1. INTRODUÇÃO

As ações de intervenção em áreas de assentamentos informais que implicam em remanejamento e reassentamento de pessoas, ao produzirem fortes transformações na

¹ Bacharel em Serviço Social, pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), UFPA. Mestre em Psicologia do Desenvolvimento pelo Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento (NTPC), da Faculdade de Psicologia-UFPA. E-mail: <danielencosta@yahoo.com.br>.

² Assistente Social. Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria do Comportamento da Universidade Federal do Pará (PPTC/UFPA, Brasil). Professora da Faculdade de Serviço Social/Pós-Graduação em Teoria do Comportamento da Universidade Federal do Pará (PPTC/UFPA, Brasil). E-mail: <liliacavalcante@gmail.com>.

³ Graduada em psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Especialista em desenvolvimento infantil pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), mestre pelo Programa de Pós-Graduação Teoria e Pesquisa do Comportamento pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Doutoranda no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LEDH) vinculado ao programa de pós-graduação da UFPA.

paisagem e nas características das habitações, têm gerado a demanda pela adaptação dos moradores a esses novos ambientes de moradia, bem como exigido deles um esforço em superar as dificuldades geradas pela perda de laços estabelecidos com o antigo contexto, o que se configura em um relevante contexto para investigação.

A questão das favelas ou assentamentos precários foi tratada, ao longo do tempo, de diferentes formas pelos diversos países e governos nos quais a situação se apresentou, onde foram criadas políticas e programas de erradicação dos assentamentos e, posteriormente, políticas de urbanização e regularização (HOLANDA, 2011; SANTANA; HOLANDA; MOURA, 2012).

Essas ações de intervenção no espaço urbano, sobretudo nas áreas constituídas informalmente, ganharam mais visibilidade nos últimos anos, tendo como principais instrumentos para sua efetivação organismos como o Ministério das Cidades, criado em 2003; a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) aprovada em 2004 e seus instrumentos: o Sistema Nacional de Habitação (SNH), o Desenvolvimento Institucional, o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação, e o Plano Nacional de Habitação. Destaca-se que o SNH inclui ainda a existência de dois subsistemas: o de Habitação de Mercado e o de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

O SNHIS tem como principal objetivo garantir que os recursos públicos sejam destinados exclusivamente a subsidiar a população de mais baixa renda, onde se concentra a maior parte do déficit habitacional brasileiro (BORGES, 2013; HOLANDA, 2011; SANTANA; HOLANDA; MOURA, 2012; MOREIRA; LEME, 2011).

Dessa forma, o Ministério das Cidades passou a gerir programas habitacionais com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), vinculado ao FGTS e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), contando com a Caixa Econômica Federal como principal agente operador desse sistema.

Dentre os programas habitacionais, destaca-se o Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, o qual visa apoiar estados, Distrito Federal e municípios nas intervenções necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade de população localizada em área inadequada à moradia ou em situações de risco, visando a sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento ambiental e inclusão social (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015; SHIMBO, 2010).

Neste sentido, a discussão sobre a urbanização de assentamentos precários que conta com alargamentos de vias, obras de drenagem, saneamento, remanejamento⁴ de pessoas e reassentamentos para unidades habitacionais, tornou-se frequente na literatura, em função das modificações que são esperadas nas características do espaço físico e social e na necessidade de aprimoramento dessas ações para melhor garantir o acesso à moradia de qualidade.

2. INTERVENÇÕES NOS ESPAÇOS INFORMAIS DAS GRANDES CIDADES: AS ATUAIS CONDIÇÕES DE MORADIA DAS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-PA.

Os espaços informais ou periféricos apresentam, segundo Bonduki (2008), Correa (1993) e Rubin (2013) áreas marcadas pela precariedade das moradias e da estrutura de serviços públicos, sendo, por isso, denominados de assentamentos precários ou irregulares. Esse quadro descrito na literatura reporta-se à realidade de uma parte significativa da população socioeconomicamente vulnerável da América Latina, que habita espaços urbanos fragmentados e articulados nas grandes cidades.

Assim, esses espaços informais ou periféricos possuem características próprias da realidade objetiva e subjetiva na qual eles são construídos, sendo organizados a partir de repertórios simbólicos, representações e modelos de habitações inerentes aos sujeitos que neles atuam.

Em função da escassez de recursos, em geral, esses espaços são descritos como áreas sem saneamento, transporte, equipamentos públicos comunitários, entre outros. Apresentam ainda problemas como poluição do meio ambiente, violência, favelas e loteamentos clandestinos.

Essa discussão mostra-se urgente, uma vez que os dados da realidade apontam um quantitativo expressivo de brasileiros vivendo em condições socioeconômicas e de habitação extremamente precárias, conforme ilustram os índices nacionais e os censos demográficos mais recentes.

⁴ A literatura sobre o tema apresenta termos como “remanejamento”, “reassentamento involuntário”, “transferência”, “desalojamento involuntário”, “remoção”, “relocação”, “desocupação”, dentre outros para definir a condição pela qual moradores passam a partir de intervenções ocasionadas em seus espaços de moradia. Para o presente trabalho, utilizam-se as nomenclaturas: remanejamento e reassentamento habitacional.

Alguns órgãos responsáveis pela aferição dos índices de pobreza e desenvolvimento econômicos do país e de suas regiões apontam a importância de estudos que, como este, têm como objetivo investigar as características de ambientes marcados pela pobreza em sua multidimensionalidade. O índice de desenvolvimento humano (IDH) apresentado no Atlas 2013 publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é resultante de uma plataforma de consulta de 5.565 municípios brasileiros, com mais de 200 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A partir da consulta aos dados do Censo referentes ao desenvolvimento humano no Brasil, nas últimas décadas, é possível observar um crescimento positivo desses indicadores, com valores de 0,493, em 1991, para 0,612, em 2000, até atingir o valor atual de 0,727 em 2010. Em termos percentuais, seu desempenho foi de 24,1%, entre 1991 e 2000, e de 18,8%, entre 2000 e 2010, correspondendo a um crescimento relativo total de 47,5% no período.

No entanto, os indicadores municipais apresentam dados discrepantes e revelam diferenças acentuadas entre as regiões do país, onde é possível observar que grande parte dos municípios brasileiros que possui IDHM elevado se encontra nas regiões Sul e Sudeste do país, enquanto as regiões Norte e Nordeste concentram a maioria dos que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano.

A partir da observação dos dados sobre o IDHM para as macrorregiões brasileiras, pode-se perceber que os municípios da região metropolitana de Belém, norte do país e apesar de se apresentarem em melhores condições em relação a alguns municípios da região, em particular a mesorregião metropolitana do estado do Pará, possuem vastas áreas nas quais há o predomínio de pessoas de baixa renda que vivem em condições de moradia precárias.

Os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, mostram que, em Belém (PA), a pesquisa sobre rendimentos abrangeu um total de 368.889 domicílios, dos quais 19.576 não possuíam rendimento, 9.803 informaram até $\frac{1}{2}$ salários mínimos, 72.218 de 1 a 2 salários mínimos, 117.766 possuíam de 2 a 5 salários mínimos e 59.534 de 5 a 10.

O levantamento do IBGE também apontou as condições de moradia da população de Belém e Ananindeua que declarou ter como rendimento mensal domiciliar

até 1/4 de salário mínimo *per capita*, segundo a existência e as características de determinados aspectos do entorno das moradias, tais como: existência ou não de arborização, bueiro/boca de lobo, calçada, esgoto a céu aberto, identificação dos logradouros, iluminação pública, lixo acumulado nos logradouros, pavimentação e rampa para cadeirantes. A Tabela 1 traz essas informações.

Tabela 1 - Domicílios particulares permanentes em áreas urbanas, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar de até 1/4 de salário mínimo per capita quanto à existência e características do entorno.

Características do entorno	Belém		Ananindeua	
	Existe	Não existe	Existe	Não existe
	Total de domicílios – 33.711		Total de domicílios – 13.329	
Arborização	3.925	29.562	1.440	11.823
Bueiro/boca de lobo	11.725	21.762	3.303	9.960
Calçada	10.044	23.443	2.489	10.774
Esgoto a céu aberto	18.015	15.472	6.909	6.354
Identificação do logradouro	6.697	26.790	2.087	11.176
Iluminação pública	29.798	3.689	11.966	1.297
Lixo acumulado nos logradouros	4.741	28.746	1.333	11.930
Pavimentação	16.509	16.978	5.311	7.952
Rampa para cadeirante	310	33.177	26	13.237

Fonte: Censo IGBE (2010).

A inexistência ou a precariedade de um conjunto de equipamentos e serviços públicos destinados à habitação, conforme pode-se constatar na tabela 1, compõe o contexto que gera a demanda de criação de programas sociais e outras ações específicas de saneamento ambiental em diversas áreas dos municípios apresentados.

A esse respeito, a partir de 2008, com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dentre outras ações que o programa prevê, na área da habitação foi proposto um direcionamento para o controle sanitário, a eliminação das

condições ambientais de risco e a melhoria das condições de vida da população residente.

O município de Ananindeua (PA) (selecionado para este estudo), marcado por áreas de ocupações irregulares ao longo e sobre os canais naturais de drenagem, além de outras utilizadas para lixões clandestinos e desprovidas de saneamento básico, passou a ser alvo de intervenções que previam obras de saneamento integrado e urbanização de assentamentos precários. Tais ações fazem parte do Programa de Desenvolvimento Social e Saneamento Ambiental (PDSSA) ou Programa Sanear Ananindeua.

O Sanear Ananindeua é um Programa de Desenvolvimento Social e Saneamento Ambiental (PDSSA) que integra as ações de investimentos no espaço urbano e em habitação, todas previstas pelo PAC. Os estudos das áreas e da população envolvida no PDSSA iniciaram em 2006, ano em que o programa começou a ser executado pela Prefeitura Municipal de Ananindeua e pela empresa terceirizada CONTÉCNICA (Consultoria Técnica), através do Trabalho Técnico Social (TTS). O principal objetivo do programa é a inclusão social de famílias atualmente residentes em assentamentos informais em condições de subnormalidade, assegurando o saneamento ambiental, o reordenamento das vias para melhoria da mobilidade urbana e a estruturação da ocupação do solo urbano.

As intervenções do PDSSA contam com obras físicas e remanejamento de famílias de baixa renda que ocupam áreas desprovidas dos serviços públicos. A área do Jaderlândia, em Ananindeua (PA), foi a primeira que envolveu o remanejamento de famílias. Em 2012, cerca de 330 famílias foram remanejadas para o empreendimento denominado Conjunto Habitacional Jader Barbalho (CHJB), situado no mesmo perímetro de intervenção.

Quanto às ações de execução do Plano de Remanejamento do Projeto Sanear Ananindeua Jaderlândia/ Maguariaçú (2010), estão previstas as seguintes diretrizes:

- Pautar as ações necessárias para a execução do processo de remanejamento das famílias;
- Informar e consultar todas as comunidades/famílias afetadas desde a fase de levantamento de dados até a formulação de soluções;
- Cadastrar e convocar todas as organizações comunitárias da área do Programa para a mobilização participativa em todas as etapas de implantação e posterior

acompanhamento de sua implantação, através da CAO e de reuniões em todos os setores programados para intervenção;

- Definir em campo as faixas de intervenção das obras, de maneira a permitir a visualização adequada da ocupação populacional da área e a identificação dos imóveis a serem relocados;
- Realizar os cadastramentos físico-territorial e socioeconômico necessários;
- Realizar o cadastramento das famílias a serem remanejadas;
- Efetuar as desapropriações, adotando os custos reais de mercado como filosofia das indenizações, de modo a facilitar a negociação no decorrer da implantação do plano de reassentamento;
- Definição do espaço físico das áreas das ZEIS⁵ para onde serão deslocadas as famílias assentadas nas faixas de intervenção.

Além das obras físicas no Sanear Ananindeua são também previstas ações como: o Programa de Participação Comunitária (PPC), o Programa de Educação Ambiental (PEA), o Programa de Comunicação Social (PCS) e o Plano de Reassentamento e Regularização Fundiária. Os principais instrumentos e metodologias da execução do programa foram: Cadastro socioeconômico para identificar as famílias atingidas diretamente pelo projeto; fiscalização da equipe a fim de conter a expansão e controlar a alocação de famílias depois do cadastro; mobilização e acompanhamento social das famílias remanejadas; capacitação profissional com cursos de geração de renda; mapeamento das lideranças e equipamentos comunitários; reuniões com as famílias alvo de remanejamento. Concessão de Direito de Superfície (CDS) e Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) são os principais instrumentais para a Regularização Fundiária.

Contudo, a literatura nos mostra que, do ponto de vista da concepção dos projetos das habitações, uma vez remanejada, a população passa a experimentar formas diferenciadas de convivência com o espaço doméstico, pois essas unidades habitacionais são concebidas e construídas de maneira padronizada, em sua maioria, com a tipologia própria de apartamento, o que contrasta com as características da

⁵ unidade ou zona de especial interesse social são em geral áreas de ocupação ou loteamento irregular, não titulados, devendo ser declaradas de especial interesse exatamente para promover a integração da população de baixa renda aos espaços habitáveis. Destinando- as a programas específicos de urbanização e regularização fundiária (Plano Diretor de Ananindeua, 2006, p. 52).

moradia de origem dessa população, geralmente, casa de madeira, em assentamentos, marcados por uma simbologia própria das representações espaciais daquela população, por outro lado, marcadas também por conhecidos entraves próprios dessas habitações (ARAÚJO; COSTA, 2013; CERNÊA, 1996; DENALDI, 2009; ROCHA, 2009; ROLNIK, 2012).

Por sua vez, a forma como essas populações lidam com as variações características de espaços tanto física quanto relacionalmente diferentes pode sofrer influência de múltiplos fatores e, conseqüentemente, ter implicações na maneira como o processo de adaptação habitacional irá acontecer, se com maior ou menor nível de satisfação pelo morador (FELIPPE, 2010; MALARD, 2006; MALARD *et al.*, 2002).

Como os espaços informais ou periféricos da cidade possuem características próprias e as habitações de destino da população situada nas áreas de intervenção apresentam uma proposta de habitação diferenciada, algumas ferramentas foram desenvolvidas para acompanhar esse processo de remanejamento e reassentamento, na tentativa de avaliar a efetividade dos planos e projetos e a adaptação dos moradores.

Entre essas ferramentas, a Avaliação Pós-ocupação (APO) destaca-se como um instrumento que permite ao morador expor suas considerações sobre a nova moradia, os serviços públicos e sociais a que tem acesso e as possibilidades no sentido de organizar e ampliar sua vida social e comunitária (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013).

Neste sentido, o presente estudo é fruto dos esforços empregados por grupos de pesquisa situados, sobretudo nas áreas das ciências sociais e humanas, em compreender como as famílias remanejadas de seus locais de origem lidam com os efeitos (positivos e negativos) dessa transição, quais suas percepções, avaliações, sugestões e perspectivas dentro deste processo.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo apresenta como delineamento uma abordagem quanti e qualitativa, de caráter descritivo e correlacional. Desta forma, a pesquisa foi realizada no Conjunto Jader Barbalho, situado na área do Jaderlândia no bairro do Una, no Município de Ananindeua (PA).

Quanto ao ambiente de aplicação dos questionários, a pesquisa foi realizada nas casas/unidades habitacionais para as quais os sujeitos foram remanejados. Uma vez que as antigas casas em que os participantes moravam foram desocupadas e derrubadas, as informações referentes à casa anterior foram também coletadas na nova unidade habitacional.

Em relação aos participantes da pesquisa, foi selecionada para este estudo uma amostra de 34 participantes que responderam ao Questionário de Adaptação Habitacional (QAH), sendo todos adultos, com histórico de remanejamento e com algum grau de responsabilidade sobre os demais membros da família. A escolha dos participantes ocorreu por conveniência, onde foram inseridos na pesquisa os moradores que aceitaram participar.

O questionário utilizado para coleta de dados partiu dos instrumentais de avaliação pós-ocupação. A Avaliação Pós-ocupação (APO) é um instrumento pressupõe uso de instrumentos padronizados, que possibilitam a realização de uma avaliação rigorosa e sistematizada de edifícios e habitações coletivas após sua construção e ocupação. Em função de seu uso em pesquisas sociais atualmente, esse instrumento sofreu algumas adaptações, sobretudo com a inclusão de um quadro que permite a comparação da situação das casas anterior e atual e passou a ser, preferencialmente, denominado de Questionário de Adaptação Habitacional (QAH). Em sua mais recente configuração, o QAH está dividido em quatro eixos: I- Sociodemográfico (três subitens); II- Antes e Depois: comparativo entre a casa atual e a anterior (oito itens); III- situação atual (sete itens) e IV- avaliação e perspectivas (seis subitens).

A coleta dos dados teve início com as visitas às unidades habitacionais, onde foram apresentados os objetivos da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE- em anexo) para assinatura e aplicação dos instrumentos de coleta. O QAH foi aplicado uma única vez em cada residência já que sua estrutura conta com o comparativo entre as casas anterior e atual.

Após a coleta, os dados contidos no Questionário de Adaptação Habitacional foram organizados em tabelas no programa SPSS20, o que permitiu apresentar os principais resultados em estatística descritiva, destacando-se as principais características pessoais e contextuais dos participantes relacionadas à satisfação pós-remanejamento.

4. RESULTADOS

Os dados indicaram uma amostra constituída em sua maioria de participantes do gênero feminino (94,1%), com média de idade de 38,65 anos. Em geral, os participantes se dividiram entre os que possuíam escolaridade equivalente ao nível fundamental incompleto (50%) e ensino médio incompleto (23,5%). A renda dos moradores situou-se entre as faixas que incluem zero até um salário mínimo (38,2%) e de um a três salários mínimos por família (58,8%).

Em relação ao comparativo entre as moradias anterior e atual, os dados sobre a situação na moradia anterior apontaram que a maior parte dos moradores (41,2%) passou cerca de 128 meses ou mais na casa anterior, o que indica um tempo de moradia de até 10 anos. Em geral o morador apresenta a casa anterior como um imóvel próprio (91,2%), na maioria dos casos construída em madeira (76,5%), tendo em média 3,35 cômodos.

Já na moradia atual, o tempo de moradia foi menor, sendo equivalente a aproximadamente dois anos. A maior parte das residências também foi declarada como própria (88,2%), todas construídas em material de alvenaria (100%), onde alguns participantes afirmam ter cinco cômodos (70,6%) enquanto outros informam que a residência possui quatro cômodos (29,4%).

Os dados sobre o pagamento das taxas de serviços sugerem que, após o remanejamento, houve um aumento considerável nos gastos familiares em relação às taxas dos serviços de energia elétrica (casa anterior 55,9% e atual 97,1%) e água (casa anterior 14,7% e atual 97,1%). Destaca-se que o pagamento do IPTU, que não se mostrava presente nos orçamentos domésticos na casa anterior, após a mudança residencial, passou a fazer parte dos gastos familiares de quase todos os participantes (88,2%).

Em geral, os dados também indicam que houve um aumento no uso dos espaços no período do pós-remanejamento. A sala (41,2%), a cozinha (41,2%), o quarto (14,7%) e a área de serviço (5,9%) apresentaram maiores percentuais de uso na casa atual. A tabela 2 apresenta os dados referentes à avaliação do uso e adequação das ruas na nova habitação.

Tabela 2 - Avaliação dos moradores sobre o uso e adequação das ruas da nova moradia.

	Uso das ruas	Frequência	Adequação das ruas	Frequência
SIM	Lazer	8 (23,5%)	Espaço saneado	5 (14,7%)
	Trabalho	3 (8,8%)	Tamanho adequado	5 (14,7%)
	Caminhadas	3 (8,8%)	Espaço para convivência social	4 (11,8%)
			Segurança	1 (2,9%)
NÃO	Violência	10 (29,4%)	Violência	7 (20,6%)
	Falta de tempo	5 (14,7%)	Tamanho Inadequado	4 (11,8%)
	Não gosta de sair	4 (11,8%)		
	Problemas de saneamento	1 (2,9%)		

Na Tabela 2 os dados indicam que o uso da rua esteve mais relacionado às práticas de lazer (23,5%), e entre os que não usavam as ruas do entorno da nova moradia, a violência foi apontada como um dos principais motivos (29,4%). A violência também apareceu como razão para a não adequação das ruas para realização de atividades (20,6%). Entre as pessoas que acreditam que o espaço externo à casa é adequado, o saneamento apareceu em 14,7%, a adequação do tamanho em 14,7% e a adequação para atividades de convivência social, como reuniões com familiares e amigos em 11,8%.

Tabela 3 - Avaliação da residência atual em relação à anterior e sugestões de melhorias

Variável	Frequência (N=34)
Residência atual em relação à anterior	
Positiva	32 (94,1%)
Negativa	2 (5,9%)
Pretensão de mudar	
Não	25 (73,5%)
Sim	5 (14,7%)
Sugestões de melhorias	
Serviços de saúde	33 (97,1%)
Serviços educacionais	30 (88,2%)
Áreas de lazer	31 (91,2%)
Serviços de segurança	34 (100%)

Serviços de transporte	34 (100%)
Acessibilidade das ruas e calçadas	25 (73,5%)

Na Tabela 3, os dados indicam que houve predomínio de participantes que se declararam satisfeitos com a casa atual em relação à anterior (94,1%). A maioria dos moradores também declarou que não pretende se mudar da residência (73,5%) e, entre as sugestões de melhorias para o conjunto e entornos, as mais frequentes estão entre os serviços de segurança (100%), transporte (100%), saúde (97,1%), áreas de lazer (91,2%), serviços educacionais (88,2%), acessibilidade das ruas e calçadas (73,5%).

5. DISCUSSÃO

Os achados apresentados contextualizam a realidade vivenciada por pessoas com faixas de renda familiar mensal de até três salários mínimos, com baixa escolaridade e provenientes de áreas consideradas impróprias para habitação com predomínio de casas de madeira ou palafita, poucos cômodos e sem saneamento básico. Aspectos observados na literatura descrevem estas condições presentes na maioria dos contextos de assentamentos informais da América Latina (BALTRUSIS, 2004; BONDUKI, 2008; CORREA, 1993; RUBIN, 2013). Tais condições socioeconômicas e de habitação também são destacadas na literatura como características esperadas na população alvo de intervenções que visam urbanização do espaço e remanejamento para unidades habitacionais com melhores condições de moradia (BORGES, 2013; HOLANDA, 2011; MOREIRA; LEME, 2011; SANTANA; HOLANDA; MOURA 2012).

Nos resultados sobre o orçamento familiar nos dois contextos, foi possível verificar um aumento considerável dos custos, principalmente em relação às taxas de IPTU, energia elétrica e água, o que pode explicar o reajuste do orçamento familiar detectado na redução dos gastos com alimentação, gás e vestuário. Estes dados corroboram com os achados da literatura sobre o alto custo agregado à vida em habitações formais, em oposição ao custo reduzido ou inexistente desses serviços em assentamentos irregulares em função das formas clandestinas de acesso (CARDOSO, PEREIRA; NEGRÃO, 2012; CORRÊA, 1993; FERNANDES, 2008; FILHO; SOARES, 2011; MOURA, 2013).

A definição quanto aos índices de satisfação permitiu verificar maior quantidade de avaliações positivas para aspectos referentes à moradia atual e de avaliações negativas para aspectos relacionados ao seu ambiente exterior, tais como os equipamentos coletivos de lazer, mobiliários urbanos e, principalmente os serviços públicos de saúde, segurança e educação.

Tais resultados corroboram com os dados de pesquisas presentes na literatura com populações remanejadas em que houve prevalência de satisfação com as casas/unidades habitacionais em detrimento dos equipamentos e serviços públicos presentes no entorno das moradias (BONATTO, 2010; COSWIG; ANAPOLSKI; MEDVEDOVSKI, 2010; RITO, 2012; SILVESTRE, 2013; THEOPHILO, 2014; VALE, 2012).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou verificar a avaliação e adaptação dos moradores quanto ao remanejamento e reassentamento habitacional e, neste sentido, foi possível observar um número significativo de moradores informando estar satisfeito com aspectos relacionados ao saneamento presente nas novas moradias e quase inexistente nas moradias anteriores. A insatisfação gerada em torno dos serviços e equipamentos urbanos indica uma ineficácia desses projetos de urbanização em atender as necessidades cruciais dessa população, como educação, saúde, lazer e segurança, apontando também para os entraves na integralização da política habitacional às demais políticas sociais.

Em suma, esses achados evidenciam a relevância desse tipo de investigação para instituições responsáveis pela execução de projetos de intervenção urbana, teóricos, pesquisadores e profissionais da sociologia, antropologia, serviço social, arquitetura e psicologia e demais áreas envolvidas nos estudos sobre as implicações de remanejamentos e reassentamentos involuntários na adaptação e sobrevivência dos sujeitos.

Acredita-se que estudos com populações remanejadas apresentam potencial para instigar transformações imprescindíveis nas formas de intervenção no espaço urbano, uma vez que permitem trazer à tona a visão dos sujeitos que são impactados diretamente por esses projetos. Esses se mostram passos essenciais na luta pela garantia de direitos

que excedem o ambiente físico da casa e buscam romper com a lógica de intervenção nas cidades como fonte de lucro ao capital imobiliário, caracterizada pela segregação desse espaço urbano e pela incompatibilidade com as necessidades mais urgentes da população.

7. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.B.; COSTA, E.D. **Remanejamento urbano e habitação no município de Ananindeua-Pará: O pós-ocupação das famílias residentes no Conjunto Jader Barbalho**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BALTRUSIS, Nelson. O crescimento da informalidade nas cidades do pós-fordismo e a mudança do paradigma das políticas de habitação social. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, n. 16, p. 50-66, 2004.

BONATTO, Fernanda Sbaraini. **Proposta de um modelo para avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social a partir da percepção de clientes finais**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, v. 1, p. 70-104, 2008.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social**. Brasília (DF): maio 2013. Disponível em: <portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/caderno_de_orientacao.pdf> Acesso em: 20 Set. 2015.

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; PEREIRA, Glaydson de Jesus Cordovil; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. Urbanização e estratégias de desenvolvimento urbano no Pará: da ocupação ribeirinha à “Urbanização de Assentamentos Precários. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 2, 2013. DOI: <<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v16i2.873>>.

CERNEA, M.M. El Reasentamiento Involuntario: la investigación social, la política y la planificación. **Revista de Sociologia Aplicada**, v.13, n. 21, 1996.

CORREA, Roberto Lobato. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. **Geosul**, v. 8, n. 15, p. 13-18, 1993.

COSWIG, Mateus Treptow; ANAPOLSKI, Anelise; MEDVEDOVSKI, Nirce Saffer. Percepção de segurança dos usuários em conjunto habitacional de interesse social—o caso do residencial Porto, Pelotas, RS. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, v. 5, n. 2, p. 18-34, 2010.

DENALDI, Rosana. Assentamentos Precários: identificação, caracterização e tipos de intervenção. *In*: MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Habitação. **Curso à distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília (DF), maio 2009. p. 107-131.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, 2010.

DE VASCONCELOS FILHO, João Manoel; SOARES, Beatriz Ribeiro. Os Conflitos e as Contradições na Aquisição da Moradia Social nos Enclaves de Pobreza Urbana no Brasil: uma análise sobre a cidade de Araguaína-To. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

HOLANDA, Anna Carolina Gomes. **A nova política de habitação de interesse social no Pará (2007-2010): avanços e limites**, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/2952>>. Acesso em: 20 set 2015.

MALARD, Maria Lúcia. **As aparências em arquitetura**. Editora UFMG, 2006.

MALARD, Maria Lúcia *et al.* Avaliação pós-ocupação, participação de usuários e melhoria de qualidade de projetos habitacionais: uma abordagem fenomenológica. *In*: ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe. **Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social**. São Paulo: FAUUSP, 2002.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 20 Set. 2016

MOREIRA, Camilla Fernandes; LEME, Alessandro Andre. Direito à moradia: políticas públicas nos governos FHC e Lula. **Horizonte Científico**, v. 5, n. 1, 2011.

MOURA, Patrícia F. Da favela ao residencial: reassentamentos populares e modos de vida. COLETÂNEA DE TRABALHOS VENCEDORES DO PRÊMIO SILVIA LANE - ABEP: 3. Edição: 2009. Brasília (DF): ABEP, 2010. p. 67.

RITO, I. **Avaliação pós-ocupação e qualidade do lugar: experiência no Conjunto de Habitação Popular Jardim São José II–Zona Leste–São José dos Campos-SP**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2012.

ROCHA, Humberto José da. Carta aos atingidos: as negociações na bacia do rio Uruguai. **Anais do I Seminário Nacional Sociologia & Política**, 2009.

ROLNIK, Raquel. História urbana: história na cidade?. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. **Anais...**, v. 2, n. 1, p. 27-29, 2012.

RUBIN, Graziela. O Problema Habitacional na América Latina: Exemplos do Brasil e Chile. **Geo Uerj**, v. 1, n. 24, p. 125-144, 2013.

SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (Orgs.). *A Questão da Habitação em Municípios Periurbanos na Amazônia*. Belém: EdUfpa, 2012.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SILVESTRE, Michelli Garrido. **Influência dos sistemas construtivos nas modificações promovidas pelo usuário em unidades de HIS**: estudos de caso na região do Vale do Paraíba (SP). 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Construção Civil e Urbana)-Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

THEOPHILO, A. Z. **Requisitos de acessibilidade em habitação de interesse social**: um estudo de caso no residencial Vista Bela em Londrina Paraná. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

VALE, K. C. D. **Avaliação Pós-Ocupação do Conjunto Residencial Gervásio Maia-PB**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.